

Sistema de Cotas

Sobre esse tema a melhor maneira de iniciar um comentário é relembrar um adágio popular: “dois erros não fazem um acerto”. A justificativa para a adoção de tal instituto, o sistema de cotas, é compensar erros atávicos da política brasileira, desde antes da abolição da escravatura até os dias atuais. Erros esses que promoveram uma enorme desigualdade racial em nosso país e desencadearam décadas de injustiças sociais. O referido instrumento não é criação brasileira, já existe, nos EUA, há mais de 35 anos. Nesse sentido, o jornal “New York Times” publicou no final de 2017, extensa pesquisa realizada com dados referentes ao período de 1980 a 2015, com grupos de estudantes de diversas etnias. O trabalho da publicação abrangeu 100 universidades, desde instituições públicas clássicas a estabelecimentos da elite do ensino superior americano, como MIT e Harvard. Dentro das principais entidades de renome foi observado um decréscimo de 6% na população de negros e 7% na de hispânicos durante a adoção do sistema. Em outras palavras, além das polêmicas que envolvem a utilização de tal dispositivo, sua eficácia é também questionável.

No Brasil, inicialmente instituído pela UERJ, no ano 2000 e seguida pela UnB, em 2004, foi alçada à condição de norma jurídica com a lei nº 12.711 (Lei das Cotas) no ano de 2012. Nessa época deixou de se restringir apenas ao acesso às universidades para fazer parte também na seleção de candidatos à concursos públicos, contendo inclusive outros desdobramentos. O projeto se mostrou carente de estudos envolvendo uma verdadeira metodologia científica, de absoluta imprudência e sem a observância dos resultados em países que já o haviam utilizado por muitos anos. O instituto, no Brasil, desde seus primórdios, começou a ser posto em prática com o uso de critérios abstratos, meramente visuais e com inúmeras irregularidades, com a ocorrência, inclusive, no caso de gêmeos, da aceitação de um e a rejeição de outro para o mesmo certame. Por óbvio, não deveria ser fácil esquecer que, dada a miscigenação ocorrida por centenas de anos em nossa sociedade, não seria clara a separação de raças. Foram registrados diversos exemplos onde um bronzeado a mais já era o suficiente para que alguém pudesse migrar de uma

a mais já era o suficiente para que alguém pudesse migrar de uma ^{P6} categoria para outra. Baseado meramente na observação da cor pele (um dos inúmeros traços de nosso fenótipo) é impossível não se perguntar como os nossos congressistas puderam uma vez mais demonstrar como sua arrogância sempre supera a inteligência. O despreparo com que foi implementada a referida lei não deixou dúvidas sobre os objetivos demagógicos a que se prestava. Influenciada por segundas intenções foi marcada pela falta de interesse do governo na análise de seus resultados o que restou provado pela ausência de acompanhamento do processo por parte do setor público.

Um cientista, expertise ausente entre os deputados e senadores do Brasil, saberia que, mesmo que pudéssemos voltar no tempo, ação semelhante não seria recomendável, pois traria efeitos desconhecidos e potencialmente desastrosos. Impactos futuros dessa displicência poderiam culminar no fim da sociedade brasileira como é estabelecida atualmente pela ocorrência de uma cascata de eventos em decorrência do conhecido *Efeito Borboleta*. Para explicar se uma nova realidade seria criada ou que alterações seriam produzidas na nossa, existem várias teorias. Entre as hipóteses estão a criação de uma nova linha temporal, a possível destruição desta ou ainda a manutenção de duas realidades paralelas. Embora seja muito interessante a utilização de metáforas científicas, para não perder o foco com elucubrações, concentremo-nos no cerne da questão.

Como se pode esperar reparar um erro criando outro? Gerar um novo desequilíbrio para corrigir o anterior. A busca pela igualdade é um desejo digno, altruísta e até matemático, mas a criação de um diferencial para corrigir outro é uma atitude tresloucada e matematicamente questionável. Nas ciências matemáticas estabelecer uma identidade é balancear uma equação, tarefa essa que implica tornar ambos os lados da igualdade possuidoras de expressões que correspondam ao mesmo valor. O que se realiza com a adoção das cotas é a gênese de uma nova desigualdade, com a balança pendendo para o lado oposto e não para a posição de equilíbrio, ou seja, um desfavor no sentido contrário ao estabelecido anteriormente. Essa é uma forma errônea para se tentar chegar a uma solução correta. Que se estabeleça a equipolência, a paridade, mas não outra disparidade. Assim como a dessemelhança evoluiu ao longo do tempo é dessa forma que deve ser dissipada. Por intermédio da legislação, com uma isonomia garantida pela lei, a ação do tempo

legislação, com uma isonomia garantida pela lei, a ação do tempo ^{pg}

seria o instrumento necessário e suficiente para que a sociedade voltasse a manifestar de forma verdadeira a equidade entre as raças e a justiça social. Achar que isso não ocorreria é uma manifestação de hebetismo e querer acelerar o efeito do tempo artificialmente com a manipulação da realidade por intermédio de um sistema de cotas, uma afronta, uma desnecessidade e um erro.

Todo o instituto foi extremamente mal concebido. Além de ser organizado para corrigir o efeito de séculos de tradições em uma única ou poucas gerações, subestimou os efeitos colaterais durante o procedimento, demonstrando de forma inequívoca a mentalidade ingênua de nossos representantes populares. Há também a possibilidade de, no lugar da ingenuidade, terem se manifestado objetivos mais escusos e porque não dizer maquiavélicos. A primeira coisa que o instituto afirma, de forma subreptícia, é que as pessoas não são boas o bastante para, por si só, reverter as desigualdades sociais. Na sequência o estatuto concede às minorias socioculturais ou raciais uma condição de hipossuficiência que, por si só, se constitui em uma forma de preconceito. Já tivemos negros em postos como o de Ministro do Supremo Tribunal Federal e mesmo assim políticos populistas entendem que necessitamos de tamanha interferência em nosso meio social para a correção de desequilíbrios.

Afirma-se que a democracia é o menos ruim dos sistemas ou regimes de governo, mas ações como essa tem o condão de nos fazer pensar que não devemos parar de procurar por um melhor, pois ainda nos fazemos representar por estultos que, com suas atitudes obtusas, comprovam não estar aptos a tanto. A sociedade brasileira ainda possui muito a aprender. Temos como exemplos gritantes desse fato a maneira como se processam os concursos públicos e a própria justiça. No primeiro caso, se tornaram uma espécie de gincana onde o que é cobrado não guarda pertinência com o que é necessário para o desempenho do cargo pretendido. Uma miríade de questões que pretendem separar o joio do trigo, mas acabam por selecionar "especialistas em seleções" e não bons servidores públicos. No segundo temos um sistema, de forma similar ao anterior, com detalhes técnicos e processuais, espertezas advocacias e uma série de procedimentos que, no lugar de garantir a justiça, se prestam a criar uma neblina tão densa que só se consegue alcançar o que é justo quando este se aloja no topo de um farol. A justiça se processa por intermédio de incontáveis manipulações e interpretações tendenciosas pelas

incontáveis manipulações e interpretações tendenciosas pelas

mãos dos inúmeros especialistas intitulados de operadores do direito. Neste contexto, o que é justo só é obtido, quase que por acaso, de forma tangencial e aleatória, sendo rebatido de um lado para outro, como uma bola de tênis, por advogados, promotores, juízes e afins, até que um seja incapaz de defender melhor sua causa e deixe a "bola" cair. Nesse sistema a justiça é obtida não por estar alicerçada em ideais e leis, mas pela inépcia daqueles que a ela manipulam.

Seja por ignorância ou por demagogia, a instalação de um sistema de cotas no cenário brasileiro não se prestou ao fim declarado como pretendido. Um conhecido sociólogo brasileiro disse uma vez que um dos maiores culpados pelo preconceito é a nossa cabeça. Para que as demais etnias possam parar de ver, por exemplo, os negros como diferentes, eles próprios têm que parar de se ver deste modo, como piores ou melhores do que determinada raça. Qualquer mudança tem que começar de dentro. Se as pessoas querem que os outros as vejam como iguais, primeiro tem que se ver como iguais e o sistema de cotas materializa o efeito oposto. O que mantém o racismo é justamente essa obsessão por diferenças. O dia que pararmos de nos preocupar com a consciência negra, branca ou amarela, o racismo irá se tornar uma menção sem valor do passado. Institutos como o sistema de cotas inequivocamente salientam uma dissimilitude que na realidade só produz efeitos e é estabelecida como fato na mente das pessoas.

Para quem se dispor a isso, sempre será possível identificar diferenças entre um ser humano e outro, pois as pessoas não são clones umas das outras e, mesmo se fossem, distinções poderiam ser encontradas. Traços distintivos são esperados no mundo real, tais como, forma do rosto, estilo do cabelo, cor dos olhos, cor da pele e qualquer distinção detectada já será suficiente para estabelecer um preconceito. Trata-se de uma questão de disposição e de falta de bom senso em conceder, de forma ressaltada, um valor desprestigiado a uma característica que, muitas vezes, é utilizada pela natureza como forma de preservar a espécie. Digo isso pois, como a história da evolução deixa claro, é na diversidade que reside a maior força de uma espécie, caso contrário, ao enfrentar um único vírus para o qual todos tivessem uma predisposição ou adinamia genética, estaríamos sendo apresentados à extinção.